

**RESOLUÇÃO Nº 001, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018.**

Regulamenta a Contribuição Confederativa, nos termos do artigo 2º, inciso IV do Estatuto Social da CNCoop, e estabelece as diretrizes para a cobrança e recolhimento pelo Sistema Sindical Cooperativista.

O Presidente da Confederação Nacional das Cooperativas - CNCoop, no uso de suas atribuições estatutárias,

**RESOLVE:**

Regulamentar os procedimentos de orientação e recolhimento da Contribuição Confederativa a serem adotados pelas entidades sindicais integrantes do Sistema Sindical Cooperativista:

**Artigo 1º** - Conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da CNCoop de 13 de dezembro de 2018, ficou instituída, para a categoria econômica das Cooperativas, a Contribuição Confederativa, prevista no inciso IV do artigo 8º da Constituição Federal, na alínea “e” do artigo 513 da CLT e no inciso VII do artigo 14 do Estatuto Social da CNCoop, cujo objetivo é o custeio do Sistema Sindical Cooperativista, do qual fazem parte os Sindicatos de Cooperativas (1º grau), as Federações (2º grau) e a CNCoop (grau máximo).

**Parágrafo Único** - A Contribuição Confederativa somente será exigível das cooperativas filiadas, nos termos da Súmula nº 666 do Supremo Tribunal Federal - STF e Precedente Normativo nº 119 do Tribunal Superior do Trabalho - TST, não tendo, portanto, natureza tributária, tendo sido instituída por Assembleia geral específica da categoria.

**Artigo 2º** - Os Sindicatos de Cooperativas (1º grau) e as Federações (2º grau) deverão realizar Assembleias gerais específicas, nos termos de seus respectivos estatutos sociais, com vistas a recepcionar a íntegra desta Resolução, bem como promover as adequações técnicas e administrativas cabíveis para a operacionalização da arrecadação da Contribuição Confederativa, no prazo de 01 (um) ano, a contar da data de aprovação desta Resolução. (Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

**Artigo 3º** - Com base no princípio da territorialidade, cada cooperativa, tanto a matriz quanto a filial, é uma contribuinte individual da Contribuição Confederativa, por CNPJ, e deverá realizar o recolhimento da Contribuição Confederativa em favor da entidade sindical com abrangência territorial onde a cooperativa (matriz ou filial) estiver localizada. (Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

**Artigo 4º** - A Contribuição Confederativa tem, como base de cálculo, o capital social integralizado da cooperativa contribuinte, devidamente atualizado, com aplicação de alíquota e parcela a adicionar, nos termos da tabela publicada anualmente pela CNCoop, contendo valores mínimos e máximos. (Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

**Parágrafo Primeiro** - Do valor total a ser pago pela cooperativa, deverá ser deduzido o percentual de 20% (vinte por cento) a título de desconto pela opção da cooperativa pelo pagamento da Contribuição Confederativa.

**Parágrafo Segundo** - A tabela única progressiva dos valores da Contribuição Confederativa será divulgada pela CNCoop até o dia 30 de abril de cada ano.

**Parágrafo Terceiro** - Os fundos e reservas existentes na sociedade cooperativa não serão levados em consideração para fins de cálculo da Contribuição Confederativa. (Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

**Parágrafo Quarto** - Os Sindicatos de Cooperativas (1º grau) e as Federações (2º grau) se comprometem a aplicar os valores da tabela única progressiva da Contribuição Confederativa divulgada pela CNCoop, não sendo admitidas estipulações que visem alterar os valores e as demais condições previstas na referida tabela e nesta Resolução. (Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

**Parágrafo Quinto** – Caberá à presidência dos Sindicatos de Cooperativas (1º Grau) deliberar acerca do pedido de parcelamento da Contribuição Confederativa feito pela cooperativa contribuinte, que poderá ser parcelado até o limite do exercício corrente, devendo as parcelas sofrerem reajuste pelo INPC. (Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

**Parágrafo Sexto** – No prazo de 30 (trinta) dias subsequentes ao deferimento do parcelamento, os Sindicatos de Cooperativas (1º grau) comunicarão à presidência da CNCoop sobre o acolhimento do pedido de parcelamento. (Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

**Artigo 5º** - Os Sindicatos de Cooperativas (1º grau) encaminharão, às cooperativas de sua base de representação, até o dia 30 (trinta) de maio de cada ano, o boleto referente à Contribuição Confederativa com vencimento em 30 (trinta) de junho de cada ano. Em não havendo o pagamento da Contribuição Confederativa, dentro do prazo de vencimento, haverá acréscimo de juros legais de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC acumulado no período. (Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

**Artigo 6º** - Os valores recebidos a título de Contribuição Confederativa serão rateados, entre os três níveis do Sistema Sindical Cooperativista, nos seguintes termos:

- 70% (setenta por cento) para o Sindicato de Cooperativas (1º grau), se houver;
- 20% (vinte por cento) para a Federação (2º grau), se houver;
- 10% (dez por cento) para a Confederação Nacional das Cooperativas - CNCoop (grau máximo).

**Parágrafo Primeiro** - Em não havendo Federação (2º grau), os valores recebidos à título de Contribuição Confederativa serão rateados nos seguintes termos:

- 85% (oitenta e cinco por cento) para o Sindicato de Cooperativas (1º grau); (*Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022*)
- 15% (quinze por cento) para a Confederação Nacional das Cooperativas - CNCoop (grau máximo). (*Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022*)

**Parágrafo Segundo** - Em não havendo Sindicato de Cooperativas (1º grau) ou Federação (2º grau), os valores recebidos à título de Contribuição Confederativa serão devidos, integralmente, à Confederação Nacional das Cooperativas - CNCoop (grau máximo).

**Artigo 7º** - O recolhimento da Contribuição Confederativa ficará a cargo dos Sindicatos de Cooperativas (1º grau), os quais serão responsáveis pelo rateio e repasse dos valores devidos à respectiva Federação e à CNCoop, nos percentuais descritos no Artigo 6º desta Resolução.

**Parágrafo Único** – A Federação (2º grau), filiada à CNCoop, que não instituir a Contribuição Confederativa no âmbito da respectiva base de representação, deverá repassar à Confederação um valor fixo mensal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), como forma de auxiliar no custeio e na manutenção das atividades da Confederação, sem prejuízo de aplicação das

sanções dispostas na presente Resolução e no Estatuto Social da CNCoop. (Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

**Artigo 8º** - No prazo máximo de 30 (trinta) dias subsequentes ao recolhimento da Contribuição Confederativa, os Sindicatos de Cooperativas (1º grau) encaminharão relatório, contendo os valores recolhidos por cada cooperativa contribuinte, bem como os valores totais de repasse para a respectiva Federação (2º grau) e para a CNCoop, com os documentos comprobatórios de transferência dos respectivos valores.

**Artigo 9º** - A CNCoop se compromete a estudar a aquisição/desenvolvimento de um sistema de gestão administrativa e financeira da arrecadação das contribuições devidas ao Sistema Sindical Cooperativista. Até que ocorra a aquisição do referido sistema, todo o procedimento de arrecadação da Contribuição Confederativa ficará a cargo dos Sindicatos de Cooperativas (1º grau), com suporte das Federações (2º grau) e da CNCoop.

**Artigo 10** - Aplicam-se a esta Resolução as disposições contidas no artigo 58 do Regimento Interno da Unidade Nacional do SESCOOP.

## DAS PENALIDADES

**Artigo 11** – São aplicáveis as entidades que compõem o Sistema Sindical Cooperativista, nos termos do artigo 9º do Estatuto Social da Confederação Nacional das Cooperativas – CNCoop e das respectivas disposições estatutárias das Federações (2º grau) filiadas à CNCoop, as penalidades previstas no Estatuto Social da Confederação e das Federações de forma isolada ou cumulativa. (Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

**Parágrafo único** - Após aprovação da Diretoria e referendo da Assembleia Geral, fica instituída a penalidade de advertência para as entidades que compõem o Sistema Sindical Cooperativista. (Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

**Artigo 12** – Fica sujeita à aplicação da penalidade de advertência a entidade sindical que descumprir, total ou parcialmente, as disposições constantes desta Resolução, ou outros documentos que disponha sobre a regulamentação da Contribuição Confederativa, nos termos do inciso II do parágrafo primeiro do artigo 9º do Estatuto Social da Confederação.  
(Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

**Parágrafo único** – A penalidade de advertência consiste no envio de ofício a entidade sindical apontando as irregularidades existente e concessão de prazo, a ser definido pela Diretoria, para resolução dos problemas. (Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

**Artigo 13** – A aplicação da penalidade de advertência prevista nesta Resolução será precedida de procedimento que assegurará às entidades sindicais o direito à ampla defesa e ao contraditório, observando-se o seguinte rito: (Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

I – Comunicação à entidade sindical da existência de uma prática irregular e/ou descumprimento dos regramentos que discorram sobre a Contribuição Confederativa, com abertura de prazo de 15 (quinze) dias corridos, para apresentação de defesa; (Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

II – Apresentada a defesa, a Diretoria da Confederação proferirá decisão fundamentada sobre as imputações; (Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

III – Comunicação à entidade sindical sobre o conteúdo da decisão de que trata o inciso II, sendo-lhe facultada, em caso de decisão que aplique penalidade, a apresentação de recurso, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a ser apreciado na primeira Assembleia que ocorrer após a apresentação do recurso, que será recebido com efeito suspensivo; (Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

IV – Decisão fundamentada da Assembleia sobre o recurso apresentado pela entidade e envio da decisão à Diretoria da CNCoop e à respectiva entidade sindical para conhecimento e providências. (Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

**Parágrafo primeiro** – As comunicações de que tratam os incisos I, III e IV do *caput* ocorrerão, preferencialmente, por meio eletrônico (e-mail), podendo ser realizada, ainda, por: (Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

I – Via postal, remetidas ao endereço da instituição constante no cadastro da Confederação, com aviso de recebimento; (Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

II – Por ciência do conteúdo da comunicação devidamente declarado pela entidade; (Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

**Parágrafo segundo** – Considera-se efetuada a comunicação na data: (Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

I – Da ciência da entidade ou de procurador por ela constituído; (Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

II – Da entrega no endereço da destinatária; (Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

III – Da confirmação do recebimento do e-mail (aviso de recebimento). (Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

**Parágrafo terceiro** – Os prazos serão contados de forma contínua, excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento. (Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



**Artigo 14** - Os casos omissos ou lacunosos que não estejam previstos nesta Resolução serão submetidos à apreciação e deliberação da Diretoria da CNCoop. (Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

**Artigo 15** – Ficam mantidas as demais disposições da Resolução 001/2018. (Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

**Artigo 16** - A Diretoria da CNCoop poderá detalhar e estipular condições complementares à arrecadação, ao rateio e as demais questões referentes à Contribuição Confederativa.

**Artigo 17** - Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura, sendo imediatamente aplicável, independente do prazo de adequação do artigo 2º. (Redação dada pela Resolução CNCoop 008, de 09 de novembro de 2022)

Brasília, 09 de novembro de 2022.

**MÁRCIO LOPES DE FREITAS**  
**Presidente**



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal Vertsign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D5DA-F38C-9027-F703> ou vá até o site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D5DA-F38C-9027-F703



### Hash do Documento

92D2F15F6EEEBF9FF098D4F30EC21F3A0382F2CD8E01CF8441670908F1927C23

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/12/2022 é(são) :

☒ Márcio Lopes de Freitas (Signatário) - \*\*\*.067.008-\*\* em 15/12/2022 10:21 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificação:** Autenticação de conta

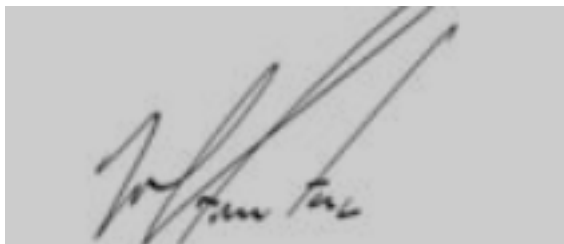
### Evidências

**Client Timestamp** Thu Dec 15 2022 10:21:54 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

**Geolocation** Latitude: -15.8400512 Longitude: -48.0116736 Accuracy: 1011.2155860592998

**IP** 179.183.103.210

**Assinatura:**



**Hash Evidências:**

C5B054074BB3DBAFBA5750A1DA47C2D4AEB35FFD2BF4D67C0FF2E7BDD4470D11

